

CPI sobre moradia popular escuta executivos e avança na Câmara

Comissão analisa atuação das incorporadoras e de instituições financeiras

Douglas Ferreira | REDE CÂMARA SP

A Comissão Parlamentar de Inquérito que apura a produção e a comercialização de Habitação de Interesse Social (HIS) na capital paulista realizou, nesta terça-feira (3), nova rodada de oitivas com representantes de empresas do setor imobiliário e financeiro. O colegiado investiga possíveis irregularidades envolvendo empreendimentos destinados à população de baixa renda.

Logo na abertura dos trabalhos, o presidente da comissão, vereador Rubinho Nunes, questionou a ausência de representantes da M8 Partners Gestora de Recursos Ltda., que não compareceram à sessão. Segundo ele, há informações sobre a participação da gestora em fundo ligado à CashMe, com uso de imóveis como garantia em operações financeiras. O parlamentar solicitou a adoção de medidas para assegurar a presença da empresa em reunião futura.

Esclarecimentos de empresa financeira

O primeiro a prestar depoimento foi Juliano Bello, CEO da CashMe Soluções Financeiras S.A. Ele explicou para a Comissão que a empresa atua como fintech especializada em empréstimos com garantia de imóvel, direcionados principalmente a empresários. Segundo o executivo, a companhia não realiza aquisição de imóveis nem concede crédito a proprietários de unidades enquadradas como HIS ou Habita-



Colegiado apura possíveis irregularidades em empreendimentos para público de baixa renda

ção de Mercado Popular (HMP).

Bello afirmou ainda que, embora a Cyrela seja acionista da CashMe, não há operações entre as duas empresas. Sobre a relação com a M8 Partners, declarou que a gestora é uma das cotistas de um fundo da fintech, ao lado de instituições financeiras como Itaú, Safra e BTG, e que os imóveis vinculados ao fundo não se enquadram nas categorias HIS ou HMP. O executivo se comprometeu a encaminhar à comissão, em até dez dias, dados referentes à carteira de crédito da empresa.

Posicionamento da incorporadora

Na sequência, representantes da Cyrela Brazil Realty prestaram esclarecimentos. A empresa foi representada pelos co-CEOs Efraim Schmucl Horn e Raphael Abba Horn, além de integrantes da diretoria.

Os executivos detalharam os procedimentos adotados para verificar se compradores de unidades destinadas à habitação popular atendem aos critérios de renda exigidos pela legislação. Segundo eles, a própria incorporadora realiza a análise documental e não terceiriza

essa etapa. Caso o interessado não se enquadre nos parâmetros estabelecidos, a venda não é concluída.

Os dirigentes também afirmaram que a responsabilidade da companhia se limita ao processo de comercialização, não incluindo o acompanhamento posterior do uso do imóvel após determinado período da entrega do empreendimento. Parlamentares indicaram que poderão convocar nova oitiva com os representantes da empresa.

Avaliação dos trabalhos

O relator da comissão, vere-

dor Dr. Murillo Lima, apresentou um balanço parcial das atividades. Segundo ele, já foram realizadas 26 oitivas e ainda restam 136 previstas. Mantido o ritmo atual, os trabalhos podem se estender por vários meses, com possibilidade de nova prorrogação do prazo da CPI.

O vereador Gabriel Abreu destacou a necessidade de maior objetividade nas próximas etapas, considerando o calendário político e outros compromissos previstos ao longo do ano. Já o vice-presidente do colegiado, Nabil Bonduki, sugeriu a realização de reunião interna para reorganizar a pauta e priorizar pontos considerados mais relevantes.

Novas diligências

Ao final da sessão, foram aprovados requerimentos para ouvir representantes das empresas BCR Administração de Imóveis e Rickmar Incorporadora. Também foi solicitada a intimação de Ralph Horn, ligado à Lavvi Empreendimentos Imobiliários S/A., que não compareceu à reunião por motivos pessoais.

A sessão foi conduzida por Rubinho Nunes e contou com a presença dos vereadores Nabil Bonduki, Dr. Murillo Lima, Gabriel Abreu, Isac Félix e Silvia da Bancada Feminista. A comissão segue com a agenda de oitivas nas próximas semanas, dando continuidade às investigações sobre a política de moradia popular no município.

CPI do Metanol da Câmara ouve familiares de vítimas

Richard Lourenço / REDE CÂMARA SP

Familiares de pessoas que morreram ou ficaram com sequelas após ingerirem bebidas adulteradas prestaram depoimento à CPI do Metanol, instalada na Câmara Municipal de São Paulo. A comissão investiga a venda de bebidas contaminadas por álcool etílico e metanol na capital desde 2024. Entre os relatos, esteve o de Helena dos Anjos Martins da Silva, mãe de um jovem de 28 anos que morreu após consumir gim com energético comprado em uma adega na zona sul. Ele permaneceu internado por cerca de 50 dias antes de falecer, em outubro de 2025. Também foi ouvido Leonardo Lima, de 24 anos, que perdeu a visão depois de ingerir bebida contaminada em uma festa, em setembro do ano passado. Ele ficou internado por mais de um mês e segue em recuperação. A mãe do rapaz afirmou que deixou o trabalho para auxiliá-lo nas atividades diárias.



A comissão investiga a venda de bebidas contaminadas

Representantes do Sindibesp compareceram à sessão e afirmaram não reconhecer falhas na cadeia de distribuição e disseram que não há mecanismos para identificar previamente produtos adulterados. Parlamentares consideraram as respostas insuficientes e informaram que os

dirigentes serão novamente convocados. A comissão também aprovou pedido para que o proprietário de um bar na Mooca seja conduzido coercitivamente a depor. O estabelecimento chegou a ser interditado, mas retomou as atividades. A CPI ainda analisa ouvir uma investigada.

Legislativo Municipal instala comissões fixas

A Câmara Municipal de São Paulo realiza nesta quinta-feira (5), a partir das 11h, a sessão de instalação das sete comissões permanentes da Casa. Os encontros estão marcados para o Plenário 1º de Maio e devem definir a composição da mesa diretora de cada colegiado, com a escolha de presidente e vice-presidente.

Os grupos temáticos são responsáveis por analisar projetos de lei e outros assuntos que tramitam no Legislativo, emitindo pareceres antes da votação em plenário. A formação das comissões segue o critério de proporcionalidade das bancadas partidárias, conforme indicação dos líderes. A lista com a distribuição dos vereadores foi publicada na edição de quarta-feira (4) do Diário Oficial da cidade.

A agenda prevê ao todo

a instalação da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa às 11h. Na sequência, às 11h30, ocorre a reunião da Comissão de Finanças e Orçamento.

Ao meio-dia, será a vez da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente do legislativo.

Às 12h30 está programada a instalação da Comissão de Administração Pública. Às 13h, a Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica inicia seus trabalhos. Às 13h30, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes. Encerrando a programação, às 14h, ocorre a instalação da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher.

As reuniões terão transmissão ao vivo pela Rede Câmara SP e pelos canais oficiais do Legislativo nas redes sociais.